



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br

ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO Nº: /2019

REFERÊNCIA: Projeto de Lei Complementar nº 03/2019 *“Altera e inclui dispositivos na Lei Complementar nº 25 de 14 de janeiro de 2013.”*

SOLICITANTE: Presidência da Câmara Municipal

1 - RELATÓRIO

Trata-se de parecer sobre a legalidade, constitucionalidade, formalidade jurídica e técnica legislativa do Projeto de Lei Complementar nº 03/2019, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, em tramitação nesta Casa, que “altera e inclui dispositivos na Lei Complementar nº 25 de 14 de janeiro de 2013.”

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

2— FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - Do parecer jurídico - manifestação fundamentada no livre exercício profissional

Compete à esta Assessoria Jurídica, órgão integrante da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Bom Despacho/MG (Resolução 937/2019), dentre outras atribuições, analisar e opinar sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições.

Registre-se que o presente parecer, apesar de sua importância para o processo legislativo, não tem efeito vinculante e tampouco caráter decisório, tendo as autoridades a quem couber a sua análise plenos poderes para acolhê-lo, no todo ou em parte, ou rejeitá-lo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br

2.2 - Da competência

O objetivo do Projeto de Lei, é descrever as atribuições dos ocupantes de cargos de coordenação no âmbito do Poder Executivo Municipal. Trata-se de competência das secretarias e da estrutura complementar.

De acordo com o art. 30, I, da Constituição da República, é competência do Município legislar sobre assuntos de interesse local, sendo este fato, portanto, incontroverso:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Verifica-se também que a matéria da presente proposição está compreendida entre as competências legislativas do município de Bom Despacho, nos termos do art. 11 da Lei Orgânica:

Art. 11. Compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Portanto, no plano constitucional não há óbice a que o Município de Bom Despacho discipline a matéria tratada no Projeto de Lei em questão.

2.3 Da iniciativa

A iniciativa do referido projeto coube ao Prefeito Municipal, Fernando Cabral, em observância ao que prevê o artigo 126, inciso IV, do Regimento Interno e art. 74, II "d" da Lei Orgânica Municipal, respectivamente:

Art. 126. Ressalvada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica, a apresentação de Projeto cabe:

(...)

IV - ao Prefeito;

Art. 74. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:

Handwritten signature in blue ink.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br

(...)

II - do Prefeito:

(...)

b) a criação de cargo e função públicos da Administração e afixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentarias;

Assim, não há que falar em vício de iniciativa, sobretudo porque o objetivo precípua do projeto de lei é descrever as atribuições dos ocupantes de coordenação no âmbito municipal, trata-se de organização administrativa do município.

2.4 Mérito do projeto de lei

Vejamos a matéria do Projeto de Lei Complementar que *altera e inclui dispositivos na Lei Complementar nº 25 de 14 de janeiro de 2013*:

Art. 1º O art. 43 de Lei Complementar nº 25, de 14 de janeiro de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43. Ao Núcleo de Gestão Estratégica compete assessorar técnica e administrativamente o Prefeito em suas ações estratégicas ou complementares no âmbito geral da Organização e será composto de Assessores Especiais, Coordenadorias Técnicas e Administrativas e Funções Gratificadas, podendo seus ocupantes realizar serviços técnicos ou administrativos, neles incluídos os necessários à implementação e controle de programas, projetos e atividades.

§ 1º As atribuições dos coordenadores são aquelas definidas no Anexo III.

§ 2º Os níveis de coordenação serão atribuídos conforme o grau de complexidade, amplitude, duração e nível de exigência das funções desempenhadas.

§ 3º A função de coordenador pode ser temporária ou permanente, conforme exigências dos programas, projeções e atividades que precisem ser desempenhadas.

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br

§ 4º Os coordenadores podem se subordinar a Secretários, Gerentes ou a outros coordenadores de nível superior com escopo de trabalho mais abrangente.” (N.R.)

Art. 2º Fica acrescido o Anexo III à Lei Complementar nº 25, de 14 de janeiro de 2013, com redação correspondente ao Anexo único desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

No presente caso, o Projeto de Lei Complementar n.º03/2019 foi apresentado ao Legislativo Municipal com o intuito de descrever as atribuições dos ocupantes de cargos de coordenação no âmbito do Poder Executivo Municipal.

No Ofício nº 70/2019/GPFJCC, que acompanha o projeto, o Excelentíssimo Senhor Prefeito afirma que o objetivo da descrição das atribuições é facilitar a fiscalização realizada pelo Poder Legislativo, Ministério Público e demais órgãos incumbidos de fiscalizar o Poder Executivo.

Com efeito, descrever um cargo significa relacionar desde o que o ocupante faz até o motivo porque faz, a descrição de cargo é um retrato simplificado do conteúdo e das principais responsabilidades do cargo. O formato de uma descrição de cargo inclui o título do cargo, o sumário das atividades a serem desempenhadas e as principais responsabilidades do cargo. A descrição do cargo relaciona de maneira breve as tarefas, deveres e as responsabilidades do cargo.

A descrição de cargos é responsável pela categorização e organização da função de cada cargo, é um documento que contém todas as informações necessários – de forma detalhada – sobre o que se trata cada função.

Portanto, é nele que estão contidas todas as atribuições, o dia a dia e requisito, toda a estrutura de suas atividades e responsabilidades.

A descrição é necessária para que se conheça sobre quais são as devidas funções de cada servidor, além de entender e monitorar o rendimento e performance de cada cargo.

Handwritten signature in blue ink.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br

Contudo, não é somente para esta demanda que o modelo de descrição de cargos funciona.

A descrição de atividades e cargos bem feita pode auxiliar o município na fiscalização, e ajuda na avaliação de competência, já que o município possui documentado o que se espera do servidor público que assumiu determinado cargo e é possível acompanhar e analisar sua performance.

Isso sem contar que com um descrição de cargos bem feita é possível criar treinamentos específicos. Tornando o colaborador mais apto e seguro de seu trabalho.

É importante lembrar que cada descrição de cargo é única, sendo que cada cargo deve ter sua própria descrição.

Pois, é preciso definir claramente as responsabilidades, as competências técnicas e comportamentais que se espera de cada coordenador, no caso.

Nesse sentido, o Projeto de Lei aqui tratado, não se desincumbi de individualizar as responsabilidade dos 5 níveis, das 63 (sessenta e três) coordenarias, normatizadas pelo art. 50 da *Lei Complementar nº 25 de 14 de janeiro de 2013*:

Art. 50. As Coordenadorias de que trata o artigo 43, parágrafo único são em número de 63 (sessenta e três) e graduadas em 5 níveis conforme Anexo I. Cada nível corresponde a um valor em DAM Unitário e o valor do vencimento específico, obedecendo o grau de complexidade de suas atribuições.

O projeto de lei trata da descrição das atribuições do Coordenador enviada no Anexo único (fls. 04) genericamente, verifica-se que não faz distinção entre os cinco níveis das coordenadorias que existem na estrutura administrativa.

Como cada descrição é única, o adequado seria que para cada nível de coordenação, tivesse pormenorizadamente descritas suas atribuições.

Ainda, se ultrapassada essa questão, esclarece que a proposta não implica em aumento de despesas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar n.º 3/2019, tendo em vista sua consonância com a Carta Magna e legislação federal, estadual e municipal pertinente.

Nada mais a verificar, remeto o parecer para apreciação e utilização das Comissões, consoante art. 109 do Regimento Interno.

É o parecer.

Bom Despacho, 17 de julho de 2019.

Rita Alessandra Quirino
OAB/MG 75.879

Analista jurídica – Administrativa

APROVAÇÃO DO PARECER	
<input checked="" type="checkbox"/>	<p>Aprovo os termos deste parecer e remeto-o para apreciação e utilização das Comissões, consoante art. 109 do Regimento Interno.</p> <p><i>Alysson</i></p> <p>_____ Alysson Elias Macedo – OABMG 111.555</p>
<input type="checkbox"/>	<p>Aprovo, os termos deste parecer, porém, adequando-o e complementando-o conforme arrazoado a seguir. Remeto-o para apreciação e utilização das Comissões, consoante art. 109 do Regimento Interno.</p> <p>_____ Alysson Elias Macedo – OABMG 111.555</p>